



RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO: INTERSECÇÕES PERMANENTES

Religion, politics and public space: permanent intersections

Diego Omar da Silveira*

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Paulo Sérgio Raposo da Silva**

Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM-UFRN)

DOI: 10.29327/256659.14.1-16

Esta edição da Plura reúne reflexões acadêmicas sobre a presença, a pertinência e as implicações de algumas práticas, movimentos religiosos e Igrejas nas dinâmicas sociopolíticas do Brasil e da América Latina. Tema relevante, estudado já há algumas décadas em nosso país, mas que ganhou especial relevância nos últimos anos, quando a nossa já claudicante laicidade – nunca definitivamente contemplada pelo Estado – colapsou ainda mais, diante da investida de diferentes sujeitos e grupos, cada qual munido de sua fé e de sua moral, sobre as pautas republicanas de interesse coletivo.

O que está em foco, portanto, em quase todos os textos reunidos na Seção Temática, é o quanto o religioso, para além de nossa história colonial fincada no Catolicismo, continua a ser “um aspecto, um componente importante, ou mesmo fundamental de vários processos sociais e políticos que ocorrem hoje em nosso país” (Birman, 2003, p. 11). Afinal, como considera Paula Montero, os autoras/es compartilham, todas/os, da percepção de que “está em curso uma profunda mutação no modo como os brasileiros se percebem como parte de uma sociedade” e de como “ela se autorrepresenta e atua sobre si mesma”, a partir dos desafios de consolidar nossa jovem democracia, sempre ameaçada (Montero, 2015, p. 11-12).

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br

** Graduado em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde integra o Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM). E-mail: pauloraposo10@gmail.com

Nessa chave de leitura, apenas a articulação e entre religião e política (ou entre Igrejas e Estados) não basta. Daí a importância de refletir também sobre como esses entrecruzamentos se dão no espaço público e de como mobilizam pessoas e grupos no parlamento, nos governos, nas mídias, nas discussões de fundo moral e nos mais variados recintos públicos (como as escolas, por exemplo). Nesse caso, mesmo que a noção de espaço público prescindisse de “definições equivocadas e consensuadas”, ela surge como uma “uma chave interessante para articular elaborações e observações que extrapolam uma extensa gama de situações, permitindo aportes que respeitam diversas abordagens” e que permitem muitas aproximações, inclusive teóricas, das religiões e religiosidades (cf. Oro *et. al.* 2012, p. 13).

Logo, os artigos que compõem este primeiro número de 2023 expõem a prevalência das complexidades que continuam a presidir todas as abordagens do tema, unindo-se a tradições de estudos que já identificaram essas dimensões da experiência humana (religião e política, público e privado) como indissociáveis, mas, também, como ambivalentes. Convidamos a todas/os a lerem os artigos, elaborarem suas críticas e suas próprias sínteses a partir das indicações feitas em cada trabalho.

Os textos foram submetidos à avaliação ao longo dos anos de 2021 e 2022, ainda na vigência de incertezas impostas pela pandemia de COVID-19 e pela insurgência de práticas religiosas que eram e são tanto mais discutíveis quanto desafiadoras. Essas pesquisas foram sendo recepcionadas pelos editores sem que estes se dessem conta de que – pelas afinidades dos temas e abordagens – a Plura estava recebendo um conjunto de artigos que poderia constituir um painel capaz de revisitar discussões importantes para o estudo das religiões e de situá-los em nível nacional, de sorte a demonstrar que as intersecções entre religião, política e espaço público no Brasil são permanentes e podem assumir diferentes formas ao longo do tempo e em cada diferente lugar.

Isto pode parecer óbvio e até mesmo trivial, mas, como diria Darcy Ribeiro (1986), o tema dos cientistas e o seu negócio – o nosso negócio – é lidar com o óbvio, dado que, “aparentemente, Deus é muito treteiro, faz as coisas de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar [até mesmo] a obviedade do óbvio” (Ribeiro, 1986, p. 15). Quais são os fatos óbvios imperceptíveis, reintroduzidos, negligenciados, reelaborados e atualizados que marcaram e marcam a cena (política e religiosa) brasileira e latino-americana? O que

precisa ser dito de novo (porque assumiu outras feições) e o que deve ser dito de maneira específica (porque apresenta particularidades historiográficas e culturais) para leitores e pesquisadores? Algumas respostas para essas perguntas podem ser encontradas nos textos que se seguem.

Ao todo, são quinze trabalhos: uma entrevista, doze artigos e duas resenhas. Os artigos se aglutinam em três grupos: as relações dos protestantes ou evangélicos com a política; movimentos do catolicismo popular e suas incidências sobre a vida pública e a presença de religiões mediúnicas ou de matriz africana em práticas sociais. Nos total, são dez artigos; os outros dois são de temática livre e fazem abordagens teológicas e filosóficas sobre temas que, em dadas circunstâncias, a qualquer momento ou ao primeiro sinal de crise político-moral, podem extrapolar os níveis teóricos de cada um desses tipos de abordagem e irromper nos debates públicos sobre temas morais ou ditos espirituais que reivindicam lugar na política, de modo que sua relevância se dá justamente por sua premência.

O trabalho que abre a edição é a entrevista realizada com Gizele Zanoto, doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), que chefiou a editoria da Revista Brasileira de História das Religiões entre os anos de 2012 e 2023. Gizele tem uma vasta produção, que busca entender os fundamentos, a atuação, a estética e vários outros elementos da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, mais conhecida como TFP; também tem se dedicado aos estudos sobre a atuação e a repercussão do trabalho do fundador e líder dessa Sociedade: Plínio Corrêa de Oliveira. Ao falar sobre seus temas de pesquisa, a entrevistada discorre sobre os conservadorismos brasileiros, suas repercussões mais atuais, seus alcances e sobre os desafios que a ampla adesão à direita dos últimos anos suscitou na sociedade brasileira e nos estudos acadêmicos.

Abrindo a Seção Temática está o trabalho *Evangélicos no espaço público: uma análise sobre a agenda de gênero*, escrito por Ana Claudia Salgado Cortez. O artigo analisa a atuação de grupos evangélicos dentro e fora do Estado Brasileiro, em temas relacionados à pauta de gênero e visa demonstrar, por meio de uma pesquisa qualitativa que se utiliza de projetos de lei, que atores evangélicos disputam linguagem e incorporam categorias próprias de atores não religiosos – como resultado das interações entre eles. Em seguida vem o texto intitulado *Experiência religiosa de cristãos LGBTs: uma análise ocupacional*, de Fábio Lobato.

Este objetiva compreender como pessoas LGBTs da *Bola de Neve Church* vivenciam sua religiosidade no interior da igreja. O autor sustenta que, a julgar pelas pessoas consultadas em seu recorte de pesquisa, os LGBTs adequam sua identidade ao seu credo, e vice-versa, sem, obrigatoriamente, ter de abrir mão da primeira.

O terceiro trabalho é intitulado *Crenças religiosas de haitianos evangélicos no Brasil: cosmovisão articulada à migração* e foi escrito Bernadete Alves de Medeiros Marcelino. Ele é parte de uma pesquisa realizada com comunidades evangélicas haitianas no Brasil durante o doutorado em Ciência da Religião da autora e articuladas cosmovisões sobre religião e imigração. O artigo sugere que os haitianos possuem uma maneira específica de compreender os processos migratórios – uma espécie de “cosmovisão migratória” que existe e é fomentada por crenças religiosas variadas.

Rafaela Christi e Frank Antonio Mezzomo assinam o quarto artigo da edição, que trata de *candidatos religiosos em campanha no Paraná*. Além de problematizarem a defesa da chamada família tradicional brasileira, a partir de elementos das trajetórias dos candidatos religiosos e dos *jingles* de suas campanhas eleitorais, os autores analisam a participação de grupos religiosos no campo político paranaense, por ocasião das eleições proporcionais à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em 2018. Para Christi e Mezzomo, houve instrumentalização das representações religiosas na esfera pública – marcadamente pela defesa da família tradicional – que promoveu alterações em outros campos da sociedade brasileira, para além do religioso, já que influenciaram o processo eleitoral do Estado do Paraná e a grade parte da opinião pública desse estado da federação.

O templo como símbolo de poder: percepções sobre o segundo templo e relações com o processo político brasileiro é o quinto artigo do número. Nele, Mateus Guedes correlaciona a ideia de segundo templo, tipicamente judaico-cristã, com a política partidária brasileira, para sustentar que, sim, há uma relação do símbolo entabulado pela ideia com os aspectos do como político brasileiro atual, já que a figura do templo faz com que ele esteja intrinsecamente ligado aos processos políticos brasileiros, no mais das vezes messiânicos.

O sexto artigo é *Católicos católicos: Apuntes para el estudio de la relación entre religión, sociedad y Estado en las primeras décadas de la televisión argentina*, escrito Fernando Ramírez Llorens. Trata-se de uma reconstrução do entrelaçamento do catolicismo e da televisão Argentina ao longo da história, na qual o autor defende que os clérigos e leigos, que

já haviam participado de outras experiências midiáticas de comunicação católica, consideravam a televisão como um novo espaço público mediado que deveria ser conquistado pela religião, em continuidade com a lógica do integrismo católico; o que foi feito por um longo processo de discussões sobre o papel institucional da Igreja Católica na sociedade argentina.

Trazendo a discussão sobre o catolicismo do sul do continente para a Bahia, *Quem tem fé vai a pé: festa e devoção na Romaria do Senhor dos Aflitos, no Povoado do Cantinho em Barreiras*, de Wesley dos Santos Lima aborda a Romaria do Senhor dos Aflitos, organizada no Povoado do Cantinho, localizado no município de Barreiras (BA), que ocorre anualmente há quase três séculos. Para o autor, a romaria possui uma historicidade que demarca seu poder simbólico para os sujeitos da região e para os devotos do catolicismo. Por isso, tornou-se um espaço de representação com um itinerário simbólico tão rico (entre fixos e fluxos). Já Flávio Munhoz Sofiati, Marcus Vinicius de Sousa Silva Barbosa e Lucinéia Scremin Martins abordam o *Catolicismo em Goiânia* a partir de uma discussão sobre *educação religiosa a partir da Paróquia Nossa Senhora Aparecida*. Por meio de uma etnografia, os autores analisam a catequese desenvolvida com jovens nessa paróquia da capital do estado. Depois de mapearem as estratégias dos católicos goianos, chegam à conclusão de que, por meio da catequese, a instituição aposta na negociação com os interesses juvenis e na realização de concessões que operam de modo a enfrentar a desinstitucionalização que desafia o catolicismo da região.

O nono artigo, que abre a seção sobre religiões mediúnicas, foi escrito por Adriana Gomes e tem como título *A organização do sistema punitivo do Brasil na mudança de regime e as discussões sobre a criminalização do Espiritismo entre os magistrados*. Na pesquisa, a autora discute o decurso da elaboração do Código Penal de 1890, desde as discussões iniciais para a substituição do Código Criminal de 1830, perpassando por sua promulgação no Governo Provisório republicano até a receptividade entre os magistrados, com destaque ao artigo 157 das leis punitivas de 1890, já que este artigo criminalizou o Espiritismo. Ao confrontar os anteprojeto, projetos de leis e as próprias leis, a autora faz um apanhado histórico rico em detalhes sobre as nuances do processo de criminalização e descriminalização das práticas e das crenças espíritas naquele contexto.

Maria Leal Pinto, Sariza Oliveira Caetano Venâncio e Dernival Venâncio Ramos Júnior dão aos leitores uma apreciação da trajetória de Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido

como Osvaldão, e de sua relação com a Guerrilha do Araguaia a partir das memórias do povo de santo da região em que ocorreu o conflito, o Bico do Papagaio. O texto, que tem como título *A Guerrilha do Araguaia sob a perspectiva do povo de santo* parte dos relatos orais e da literatura disponível para tratar da representatividade desta liderança e do protagonismo dos afro-religiosos locais, de como eles se inseriram na história que marca o fim do guerrilheiro e, por consequência, o desfecho da Guerrilha. Trata-se, assim, de uma contribuição importante para a preservação da memória da região e dos que herdaram o legado de Osvaldão.

Abrindo a Seção de Temática Livre, vem o artigo *“What God has joined together, let no one separate”*: um olhar sobre a percepção religiosa de mulheres e a violência doméstica, que apresenta uma abordagem acerca da visão religiosa do casamento e da posição da mulher nessa união, em especial com relação à violência doméstica (VD). O texto ainda expõe como líderes espirituais conduzem essa situação em local de culto. E fechando o conjunto dos artigos, está o trabalho de Renato Somberg Pfeffer – *A temática da sobrevivência da alma e da ressurreição dos mortos em escritos judaicos*. Trata-se de uma discussão teórico-teológico-filosófica a partir de escritos judaicos, a fim de propor a razoabilidade da crença na ressurreição dos mortos, além de abordar as visões tradicional e não-ortodoxa da escatologia judaica.

Duas resenhas encerram edição. *Um manual de como não pensar as religiões*, escrita por Waldney de Souza Rodrigues Costa apresenta o Antimanual das Religiões de Patrick Bannon (Petrópolis: Vozes, 2022) e *Santos mártires padroeiros do Rio Grande do Norte: história de resistência, testemunho e devoção*, de Marcos Saiande Casado e Manoel Honório Romão oferece aos leitores uma breve apreciação do livro *Santos mártires padroeiros do RN: história, testemunho, devoção* (Natal: Offset, 2022). Enquanto o primeiro texto é uma reflexão sobre o que deve ser levado em conta no momento de pensar as religiões e o que deve ser secundarizado, na contramão de algumas pré-disposições, a segunda resenha apresenta detalhes sobre a devoção a dois santos amplamente conhecidos no Estado do Rio Grande do Norte e todos os componentes que são mobilizados em torno dessa devoção, narrados e refletidos pelo arcebispo do Estado.

Além da sua importância conjuntural, a edição apresenta novidades: desde um novo layout, que ganhou contornos mais modernos, até à nova classificação Qualis da revista, que

na avaliação CAPES do quadriênio 2017-2020 foi reclassificada de B1 para A3, o que, de certo modo, confere maior prestígio às publicações das autoras e autores que escolhem a revista para a divulgação dos seus trabalhos e como espaço qualificado de debate acadêmico acerca das religiões e religiosidades.

O corpo editorial está convicto de que seu constante trabalho de revisões internas, observância intransigente dos prazos, atualizações de fluxos e disposição à autocrítica qualifica os seus resultados e garante às/aos pesquisadoras/es e aos pares avaliadores que, ao compor conosco, estarão firmando uma parceria fundamentada pelo respeito e pela lisura.

A Plura existe para ser um espaço a partir do qual as oposições propositivas, as controvérsias pertinentes, as discordâncias contundentes e a crítica reflexiva provenientes do rigor acadêmico podem e devem circular livremente a fim de minimizar ignorâncias veladas, equívocos contraproducentes e interpretações generalizantes cujas subsistências produzem recrudescências de preconceitos e arrogâncias, afinal “o jogo da ciência não é o da posse e do alargamento da verdade, mas aquele em que o combate pela verdade se confunde com a luta contra o erro” (Morin, 2018, p. 23). A cada novo número publicado, a revista de estudos de religião da ABHR prestigia, defende e, naquilo que lhe cabe, quer ser mais uma a vocalizar a importância daquele jogo, feito para todos quantos pensam em aprimorar o debate sobre as interfaces entre as crenças e as questões históricas, sociais e culturais.

O convite, portanto, não pode ser outro senão este: venham e leiam!

REFERÊNCIAS

- BIRMAN, Patrícia. Introdução. In: *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 11-24.
- MONTERO, Paula. Introdução. In: *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Terceiro Nome; Campinas: Unicamp, 2015. p. 11-25.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- ORO, Ari Pedro *et. al.* Introdução. In: *A Religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: terceiro Nome, 2012. p. 7-12.
- RIBEIRO, Darcy. *Sobre o Óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.